

## HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA PÚBLICA: RELAÇÕES A PARTIR DE FOLIAS DE REIS PAULISTAS

Rafaela Sales Goulart

Doutoranda em História e Sociedade pela UNESP/Assis. Bolsista CAPES

rafa\_história@hotmail.com

### Resumo

Considerada a riqueza e a dinamicidade do patrimônio cultural brasileiro e, em especial, a importância de estudos e ações sociais diferenciadas em prol da salvaguarda de bens culturais tais como as folias de reis, objetivamos apresentar como vem sendo desenvolvida nossa pesquisa com a temática no interior do Estado de São Paulo, bem como apresentaremos percepções e resultados adquiridos a partir da utilização da história oral. Essa metodologia, ao proporcionar o contato direto com os detentores dos bens culturais, garante não só a obtenção de informações correspondentes a possíveis objetivos do estudo científico (como o registro histórico da festa e do lugar em que ela se encontra), mas propicia a construção de uma relação de confiança entre pesquisador(a) e objeto de pesquisa, na medida em que há a valorização da história, memória e identidade das comunidades. Portanto, através de nossas experiências com folias de reis paulistas, trazemos para o debate não só as importantes relações entre história oral e história pública no processo de reconhecimento dos patrimônios, mas os anseios gerados nessa empreitada, visto também as problemáticas históricas que afetam os desdobramentos de políticas públicas culturais no Brasil.

**Palavras-Chave:** Folias de reis; patrimônio cultural; políticas públicas culturais.

### Introdução

As folias de reis são celebrações populares que possuem como fundamento narrativas bíblicas sobre o nascimento de Jesus<sup>1</sup>. De longa data, vieram para o território brasileiro através dos colonizadores portugueses e, hoje, reconfiguradas nos mais diversos lugares do país, as celebrações permanecem vivas através de grupos (cantores, palhaços/bastiões, festeiros, bandeireiros e devotos) que, mediante performances e músicas, reconstituem a viagem dos reis magos em direção ao recém-nascido (PESSOA; FÉLIX, 2007).

O ritual de peregrinação, identificado como giro, viagem ou romaria, é geralmente realizado entre os dias 25 de dezembro (Natal) a 6 de janeiro (dia de Santos Reis). Ao visitarem casas de devotos, o grupo leva consigo a imagem sagrada dos Santos Reis em sua bandeira e, em troca, recebem doações (alimentos ou dinheiro) que, ao término da celebração, converte-se em uma grande festa com farta refeição para toda comunidade. Atualmente, no encontro final onde se nomeia os próximos festeiros do ano, comparecem à comemoração devotos, simpatizantes da festa, curiosos e cidadãos em geral, logo que a ocasião é celebrada em espaço público da cidade (GOULART, 2018). Conforme cita um dos mestres do grupo de Ourinhos (SP), “Festa de Reis é para isso, é para o povo!” (FERESIM, 2019).

O fato de agregar não apenas os efetivos organizadores e devotos (aqueles que levaram e receberam a bandeira no giro) da celebração em um local público, indica uma primeira observação sobre a reconfiguração dessas festividades populares de natureza religiosa. Na medida em que passam a pertencerem a determinada cidade, como no caso de Florínea (SP) ou mesmo, ainda, encontrando-se em bairro rural, como no caso de Ourinhos, as comunidades festivas redobram seus esforços para obterem donativos suficientes para o público de suas festas finais. Essa caridosa característica de doação gratuita de alimentos à população integra os relatos de preocupação sobre a continuidade das folias de reis entre as comunidades, assim como também, apresenta-se como crítica indireta a falta de contribuição de representantes políticos locais. Junto a

---

<sup>1</sup> Consultar livros de Mateus (1: 18-22) e Lucas (1: 26-37; 2: 1-21). In: BÍBLIA SAGRADA - Edição Pastoral Catequética. (137ª Ed. Revisada por Frei João Pedreira de Castro, O. F. M., e pela equipe auxiliar da Editora). São Paulo: Ave Maria; Claretiana, 2000.

isso, por sua vez, percebe-se outras reconfigurações: festas de encontro das bandeiras de Santos Reis, a criação de Associações de folias de reis, a reorganização do calendário das festas e a presença dos mesmos foliões em bandeiras distintas.

A partir do exposto, no artigo pretendemos demonstrar como vem sendo realizada nossa pesquisa com as folias de reis do interior do Estado de São Paulo, bem como apresentaremos resultados adquiridos a partir da utilização da metodologia qualitativa da história oral. Esta, ao proporcionar o contato direto com os detentores dos bens culturais, fazendo-nos entender a dinâmica social das comunidades, garante a obtenção de informações correspondentes aos objetivos do estudo científico (como o registro histórico da festa e do lugar em que ela se encontra) e, também, pode propiciar a construção de uma relação de confiança entre pesquisadora e objeto(s), na medida em que há a valorização da história, memória e identidade das comunidades.

Em contrapartida, também serão evidenciados os anseios gerados ao longo dessa empreitada, visto as problemáticas históricas que afetam os desdobramentos de políticas públicas culturais no Brasil e, sobretudo, no estado de São Paulo, o qual apenas recentemente instituiu o registro estadual de bens culturais de natureza imaterial, criando Programa específico (Decreto nº 57.439) para esta área em 2011 (DIÁRIO OFICIAL, 2011). Assim, como pensar em políticas de incentivo ao patrimônio que cheguem as mais variadas cidades e comunidades do interior paulista? Como desenvolver ações de salvaguarda que integrem efetivamente as comunidades detentoras dos bens culturais em seu planejamento? Qual o papel da comunidade acadêmica frente a isso? Quais são os limites e as possibilidades da história pública nessa discussão política sobre o patrimônio cultural brasileiro?

Como será explanado, embora tenhamos mapeado a forte presença da celebração popular em voga em grande parte da região centro-oeste paulista, estas ainda sobrevivem pela boa vontade dos próprios grupos praticantes da festa, os quais (re)criam estratégias de sobrevivência de sua cultura na medida em que vivenciam às transformações histórico-sociais do mundo moderno e globalizado que se materializa nas cidades a que se vinculam.

### Percepções e resultados iniciais do estudo com folias de reis paulistas

A construção de narrativas públicas não tem a pretensão de reconstituição do passado, mas sim da ressignificação histórica que pretende contemplar, de forma cuidadosa, a arte da escuta. (PORTELLI, 2016 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 109).

A metodologia da história oral requer uma “arte da escuta” que localiza o(a) historiador(a) não apenas na análise das fontes orais, mas no seu importante papel dentro do processo dialógico de constituição de entrevistas (PORTELLI, 2016, p. 10). Com essa perspectiva, optei por escrever o artigo como uma espécie de relato de experiência, apresentando também alguns resultados obtidos na pesquisa até o presente momento.

Inicialmente, preciso dizer que minha atual pesquisa de doutorado foi um desdobramento do estudo anterior, onde trabalhei com a principal manifestação cultural de tradição popular da cidade de Florínea (SP): a folia de reis. Nele, consegui identificar as relações entre história da celebração e história da cidade através da rememoração daquele que teria sido o seu primeiro festeiro e, também, fundador de Florínea. Essa memória coletiva, inicialmente identificada nas histórias contadas pela comunidade festiva, foi também identificada em documentos oficiais e em lugares públicos do município que hoje possui menos de três mil habitantes<sup>2</sup>. A pouca população do lugar na atualidade, a qual é resultante de ondas de empreendimentos capitalistas na região (PENÇO, 1980), refletiu os interesses de se institucionalizar a festa na cidade e de se manter tal memória naquela comunidade (GOULART, 2018).

Para além dos sinalizados resultados, é importante destacar que foi no mestrado<sup>3</sup> que iniciei minha experiência com a história oral<sup>4</sup>. Foi na prática, ou seja, no

---

<sup>2</sup> Consultar dados da cidade no website do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/florinea/panorama>. Acesso: 08 jul. 2019.

<sup>3</sup> O mestrado, bem como o doutorado em andamento, foi orientado pela prof. Dra. Fabiana Lopes da Cunha.

<sup>4</sup> Entre as bibliografias que me ajudaram, destaco o importante livro de Verena Alberti (2007), “Manual de história oral”.

processo de levantamento das entrevistas e de suas análises que encontrei indícios importantes sobre meu objeto de estudo. As fontes orais me levaram, por exemplo, a processos judiciais e mapas disponibilizados no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), da Unesp/Assis, referentes aos conflitos locais de terra vivenciados no passado daquela região do estado de São Paulo. E, para além do foco local, pude refletir sobre questões públicas presentes nessas pequenas e historicamente recentes cidades do interior paulista, quando se trata do acesso ao conhecimento sobre sua própria história. Durante minha pesquisa de campo, por exemplo, nenhum funcionário e/ou administrador público da cidade foi capaz de me indicar possíveis documentações sobre sua história, tampouco sobre possíveis lugares onde as encontraria, o que indica o desconhecimento daqueles sujeitos sobre esses importantes instrumentos de pesquisa histórica e a consequente dificuldade de investigação científica e de acesso à informações em locais onde não há políticas de documentação e de patrimônio, as quais deveriam ser um direito de todo cidadão.

Tudo isso, por sua vez, me fez pensar sobre os limites das políticas culturais locais em cidades daquela região paulista que, no início do século 20, desenvolveu-se junto ao cultivo do café e com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (PENÇO, 1980) e que, aproximadamente na década de 1970, intensificou e mecanizou o cultivo da cana-de-açúcar, matéria prima para o agronegócio (BERTAZI, 2014). Nesse contexto, muitos moradores do campo passaram a habitar as cidades, mudando seus hábitos e costumes. Não por acaso, foi no final do século 20 que houve o processo de institucionalização da folia de reis na cidade de Florínea, sendo em 1993 inaugurado um espaço público municipal para a realização de suas festas anuais e, vinte anos depois, criado uma Associação de festas, ações que marcam as relações políticas entre foliões e representantes públicos locais e as reconfigurações da prática festiva no local, o que trouxe ressignificações ao bem cultural (GOULART, 2018).

Findada a pesquisa, a qual foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre 2014 e 2016, consegui através da mesma agência, o auxílio de publicação do meu trabalho em livro, que foi editado pela

Alameda – Casa Editorial (Id., Ibid.). Esse passo, por sua vez, deu-me a sensação de dever cumprido, visto que pensava, desde o início da pesquisa, em devolver para a comunidade de Florínea e para aqueles que me forneceram as entrevistas, um material que retratasse sua história e memória. De fato, em ocasião de lançamento do livro na Câmara Municipal da cidade, fui acolhida por todos os integrantes da comunidade festiva e por representantes do poder público local. Lá, eles reconheceram em discurso de agradecimento, o valor daquele patrimônio cultural da cidade que se materializara em livro.

Tal resumo da experiência de mestrado, por sua vez, dá condições para explicar agora o projeto que venho recentemente desenvolvendo no doutorado. Dentro da mesma linha temática, tenho agora como ponto de partida outra comunidade de folia de reis, presente na microrregião de Ourinhos (SP). Essa mudança se deveu pela tentativa de articulação da minha pesquisa à um projeto recente maior, que reconhece o potencial turístico da região intitulada como Angra Doce (BRASIL, 2015). Esta região compreende cidades paulistas e paranaenses do entorno da represa de Chavantes (SP) e, por sua vez, possui uma paisagem que surgiu do represamento das águas do Rio Paranapanema e Itararé para a construção da Usina Hidrelétrica (UH) de Chavantes, na década de 1950. Mesmo momento em que se construiu em Salto Grande (SP), a UH de Salto Grande (Lucas Nogueira Garcez).

Nessa premissa, uma primeira justificativa de delimitação espaço-temporal da nossa atual pesquisa está ligada a constituição de projetos, como os de construção das UH na década 1950 e do Angra Doce na década de 2010<sup>5</sup>, que possuem uma ligação com o desenvolvimento econômico, político e turístico da região. E, ao passo que temos a aliança de projetos como o de Angra Doce com as Universidades<sup>6</sup> da região, podemos pensar e desenvolver alternativas, junto às comunidades festivas, para o reconhecimento

---

<sup>5</sup> Importante destacar que o Projeto Angra Doce é vinculado ao Programa de Cidades do Pacto Global da ONU (2016), o qual possui uma metodologia de trabalho que instiga o desenvolvimento sustentável das cidades através de parcerias entre poderes públicos, sociedades civis, entidades privadas e universidades.

<sup>6</sup> Em 2016, a Unesp (SP) e a UENP (PR) fez parcerias com o Projeto Angra Doce e com o Programa Cidades do Pacto Global da ONU. Consultar: <https://www.ourinhos.sp.gov.br/noticia/3438/projeto-angra-doce-se-associa-ao-programa-de-cidades-da-onu/>. Acesso: 08 jul. 2019.

e divulgação científica da história social do lugar. A nossa preocupação, ao nos vincularmos a projetos como esse, surge justamente da necessidade de estudos que enfocam a memória de grupos sociais até então invisíveis na história oficial.

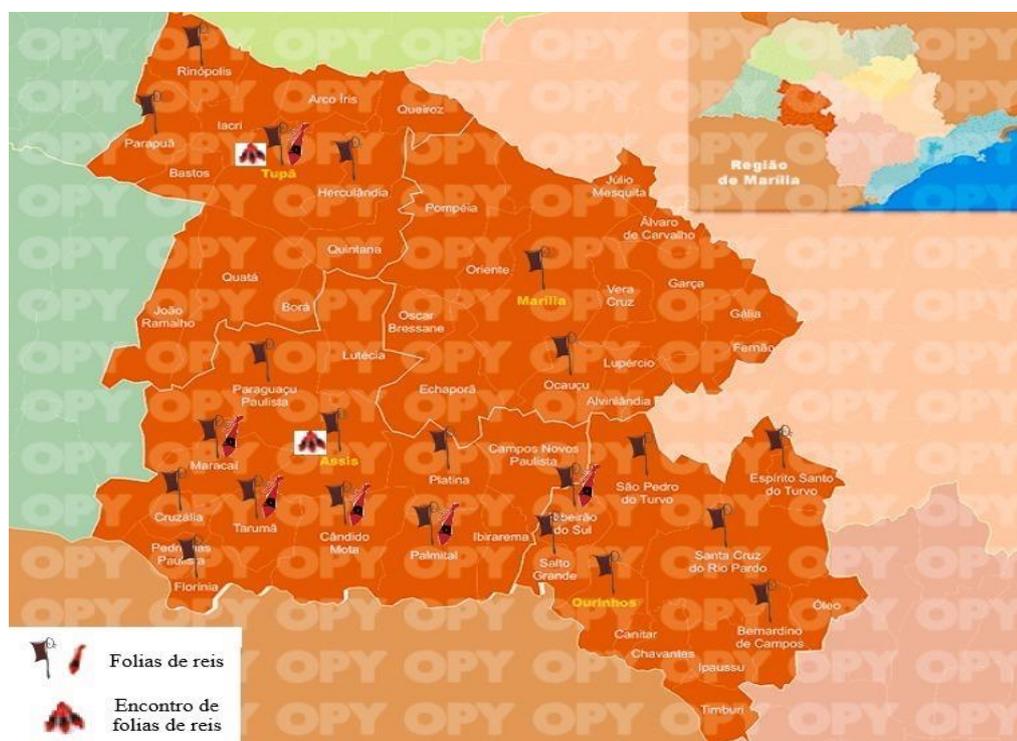
Antes dessa articulação da pesquisa a recente região turística, no entanto, pude fazer um levantamento prévio da presença de folias de reis na macrorregião de Marília, localizada no centro-oeste paulista. Dentro disso, identifiquei especificidades e diferenças interessantes entre as celebrações do lugar, sobretudo, na comunidade rural pertencente à Ourinhos, cidade mais populosa da microrregião de Ourinhos<sup>7</sup>.

A Figura 1 representa o mapeamento constituído a partir de entrevistas com foliões e de pesquisas em *websites* das prefeituras municipais [  ] e, também, no *website* da Abaçai Cultura e Arte (Mapa do Patrimônio)<sup>8</sup> [  ;  ].

---

<sup>7</sup> O censo de 2010 estimou 103.035 a população de Ourinhos. Ver mais dados relativos a cidade no *website* do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ourinhos/panorama>. Acesso: 08 jul. 2019.

<sup>8</sup> Instituição sem fins lucrativos e de direito privado que surgiu, em 1973, a partir de um programa de ação cultural desenvolvido em escola pública da cidade de São Paulo. A instituição é responsável, em parceria com a Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, pela criação do Programa Revelando São Paulo. Disponível em: [http://abacai.org.br/patrimonio\\_imaterial/abacai-cultura-e-arte/](http://abacai.org.br/patrimonio_imaterial/abacai-cultura-e-arte/). Acesso: 24 jun. 2019.



**Figura 1:** Mapa da macrorregião de Marília/SP (adaptado). Fonte: Cidades paulistas. Disponível em: <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-reg-adm.htm>. Acesso: 24 jun. 2019.

Como sinalizado na introdução, as folias de reis carregam a característica do levamento de prendas (alimentos, bebidas e dinheiro) realizada pelos foliões e devotos, donativos estes que são devolvidos para a comunidade contribuinte em um último momento da festa (festa de entrega da bandeira, festa final ou festa de encontro de bandeiras). No caso de Ourinhos, a festa ainda é realizada em comunidades rurais, entretanto, sua data foi modificada para julho, justamente para dar continuidade ao costume de arrecadação de prendas e sociabilidade entre os envolvidos, fundamentando ainda, seu ritual religioso de dar, receber e retribuir. Com relação à mudança da data, foi explicado que ela se deu em função de um antigo mestre do grupo (hoje falecido) ter se mudado a trabalho para São Paulo e, como suas férias eram em julho, o grupo resolveu fazer a comemoração nesse período (FEREZIM, 2019).

Além do motivo acima, a modificação aliava-se também ao fato de haver antigamente na região, duas bandeiras de folias de reis: a do bairro de Córrego Fundo e

a de Ribeirão Grande (ainda existente). Nesse sentido, conforme as histórias contadas, a realização da festa da bandeira de Ribeirão Grande em julho não prejudicava a concorrência do levantamento de prendas no lugar. Outra razão mencionada sobre a mudança do calendário festivo foi a de que a festa de Ribeirão Grande passou a receber muita gente, incluindo população de cidades vizinhas, sobretudo, quando foi criado em 2000 o Centro de Lazer do bairro rural de Ribeirão Grande, com o auxílio da prefeitura municipal de Ourinhos. Assim, o término das colheitas naquele período do ano também auxiliava o levantamento de mais prendas no lugar, suprimindo as necessidades atuais da festa.

Caso parecido é notado em Florínea, quando em 1993 é inaugurado um Parque de Tradições na cidade, com a intenção de abrigar suas festas populares. Entretanto, o espaço foi remodelado pelos foliões devotos à Santos Reis, possuindo hoje, por exemplo, capela com fotografias do grupo de reisado, gruta onde se monta do presépio, cozinha e barracão de almoço com decorações que remetem à memória da folia de reis (GOULART, 2018). Ou seja, o espaço é uma espécie de negociação estabelecida entre o grupo de foliões e o poder público local, que entende a representatividade da celebração para a comunidade local e regional.

Entretanto, para além do lugar de realização da festa, salienta-se a necessidade de arrecadação de prendas suficientes ao público que hoje participa dessa confraternização final de Santos Reis. No caso de Florínea, o grupo providenciou a criação de uma Associação festiva em 2013, a qual ajudaria na arrecadação do grupo em empresas locais, pois com uma documentação legal, as empresas poderiam doar e ainda prestar contas, de forma legal, de sua doação.

Segundo foliões de Florínea, não só a criação da Associação, mas também a ajuda da prefeitura ao fornecerem o ônibus e ao dispensarem os funcionários ligados a festa nos dias de giro do grupo (25 de dezembro a 4 de janeiro), foram importantes fatores para a manutenção da festa na atualidade (Id., Ibid.).

Além das características apontadas, notou-se que com exceção da festa de Florínea, realizada impreterivelmente nos dias 6 de janeiro, as demais celebrações

mapeadas apresentam diferenças em termos de dias de celebração de suas festas finais. Isso se deve a escassez de cantores nos grupos e pela vontade dos foliões de frequentarem as demais festas que ocorrem na região. Uma foliã de Salto Grande atesta:

[...] essas visitas que eu faço nessas festas, para mim é muito importante, porque eu vou... além do conhecimento que eu tenho, de quando eu era criança, agora depois que eu passei a ser a presidente da bandeira de Santo Reis... eu vou aprendendo também com a bandeira das outras festas. (CAMPOS, 2019).

Nesse ponto, é oportuno dizer que passaram a ser comuns na região mapeada, festas finais com encontros de bandeiras. Conforme destacado na Figura 1, as maiores festas de encontros de bandeiras ocorrem nas cidades de Assis e Tupã, sendo esses momentos importantes para os grupos em termos de trocas de informações sobre suas histórias e sobre suas próprias práticas festivas.

Para além das remodelações apresentadas, no entanto, encontram-se implícitas nas falas dos foliões já entrevistados em trabalho de campo, que tais modificações se deram em função do enfraquecimento das festas junto a morte de seus principais mestres, como se notou em Ourinhos e Salto Grande.

Diante disso, debruicei-me em um projeto que pretendia abordar, a partir da ideia de enfraquecimento da festividade popular na recente região turística a que se enquadra as cidades, as possíveis relações entre a atual dinâmica de suas folias de reis e a escassez de políticas públicas culturais. Seria um estudo local com a finalidade de pensar também o global (problemáticas relacionadas a políticas públicas de salvaguarda de patrimônios locais).

Importante dizer que, na medida em que fui trabalhando em campo e através de observações e entrevistas, pude me dar conta que esse bem cultural inicialmente identificado como pertencente a Ourinhos, nunca esteve efetivamente atrelado ao espaço urbano da cidade e, portanto, nunca fora diretamente beneficiado em suas políticas culturais, diferente do que ocorreu com os grupos de Salto Grande, Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo que, embora ainda realizem suas festas em espaços públicos

cidadinos, estão igualmente perdendo seus mestres e cantores, o que os fez unir-se em um único grupo, o mesmo que canta no bairro rural de Ribeirão Grande/Ourinhos. Assim, a hipótese é que com o processo de urbanização e modernização do lugar, os integrantes das folias de reis de Ourinhos, Salto Grande, Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo se reuniram para darem continuidade às mesmas, o que possibilitou criação de uma rede colaborativa de folias de reis no lugar.

A festa em Ourinhos surgira no campo e, nesse espaço, permanecera através dos costumes e saberes de seu povo. Um entrevistado disse, inclusive, que a folia de reis é uma tradição que provavelmente morrerá no lugar quando seus foliões mais antigos se forem. Em contrapartida, o fato de estarem em contato com uma pesquisadora na área de história que se interessa pelo seu bem cultural, despertou falas como “você precisa nos ajudar”, “a festa não pode morrer porque é muito importante”, “você poderia conversar com alguém do poder público”.

Como se percebe, os trechos demonstram a esperança de sujeitos que possuem a vontade de dar continuidade às folias de reis, pois ela provoca lembranças, fortalecendo identidades e sentimentos de pertença à comunidade e a essa região culturalmente construída sobre a égide do afeto. Elas seriam, nas palavras de Halbwachs (2003), comunidades afetivas, pois os foliões, devotos e famílias se identificam e se vinculam em função dos costumes e crenças relativas as folias de reis, o que configura uma região própria e não necessariamente ligada ao espaço físico das cidades que, por sua vez, compõem uma macrorregião administrativa tal qual a de Marília.

Assim, para manter viva sua tradição cultural e seu sentido de identidade e comunidade, o grupo de foliões precisa se ressignificar, institucionalizando suas práticas culturais e articulando-se com figuras públicas cidadinas. Essas modificações, entretanto, esbarram-se aos novos interesses do público jovem que poderia compor novos grupos festivos para dar continuidade a essa celebração, esbarrando-se também, ao escasso incentivo público através de políticas culturais de salvaguarda do patrimônio imaterial.

### **Limites e possibilidades entre história oral e história pública**

Os principais limites e possibilidades da pesquisa se esbarram ao que Portelli (2016) chamou de “arte da escuta” ou a que Frisch (2016) chamou de “uma autoridade compartilhada”. Ou seja, enquanto pesquisadora, preciso estar atenta a que o meu entrevistado quer dizer e, também, alerta sobre a minha importância nessa construção dialógica que une o trabalho da história oral com a história pública.

Não faria sentido, nesse ponto, procurarmos uma possibilidade de continuidade da festa a partir de políticas culturais se não forem esses os interesses apresentados pelos próprios grupos de folias de reis pesquisados. Entretanto, como já apresentado, é de interesse das comunidades festivas darem continuidade em suas práticas e costumes, visto que elas dão sentido à suas histórias de vida.

Assim, repetimos as questões introdutórias: como pensar em políticas de incentivo ao patrimônio que cheguem às mais variadas cidades e comunidades do interior paulista? Como desenvolver ações de salvaguarda que integrem efetivamente as comunidades detentoras dos bens culturais em seu planejamento? Qual o papel da comunidade acadêmica frente a isso? Quais são os limites e as possibilidades da história pública nessa discussão política sobre o patrimônio cultural brasileiro?

De acordo com Almeida (2018, p. 107):

A história oral não é feita de sujeitos abstratos, mas dos micropoderes cotidianos, das construções da memória social; das resistências e dos sentidos da afetividade na história. O trabalho com história oral, a partir desses princípios, não tem como consequência apenas a divulgação da informação, mas a produção de conhecimento sensível que poderá implicar em compromissos públicos; por meio de debates amplos e processos de reconhecimento.

O excerto ajuda a responder as questões supracitadas na medida em que focaliza, a partir da metodologia da história oral, uma possibilidade de se fazer história pública a partir do debate e do compromisso público. Essa autoridade compartilhada que se ganha no elo entre academia e comunidade, por sua vez, nos faz pensar a

possibilidade do reconhecimento de bens culturais antes despercebidos nas cidades, sobretudo, ao que tange as suas políticas de patrimônio cultural.

Na maioria das cidades em que se constatou a presença de folias de reis (Figura 1), não existem sequer comissões locais de preservação de patrimônio cultural, quanto menos aquelas que se preocupam com festividades que não reiteram a memória oficial dos municípios, como no caso das festas populares tais como as folias de reis. No caso do estado de São Paulo, esse fator de descompasso em defesa do patrimônio imaterial ainda pode ser entendido pela recente criação de órgão específico que cuida do registro dos bens dessa natureza (Decreto nº 57.439, de 2011).

Nesse ponto, é de fundamental importância a realização de pesquisas que se debrucem sobre essa temática, bem como a discussão pública sobre os bens culturais que correm o risco de se perder, sobretudo, em locais onde se iniciam políticas de incentivo ao turismo, como é o caso da região de Angra Doce.

## **Conclusão**

Ainda restam dúvidas: “É possível fazer história pública através do meu objeto de estudo?”.

As questões aumentam na medida em que mergulhamos nessa empreitada a que a história oral nos proporcionou. Há a pretensão de se mergulhar mais nessa área para poder contribuir com as comunidades (minorias) que lutam diariamente para manter viva a sua memória e história de vida. A partir disso, poderíamos ainda contribuir com a história do local e com reflexões maiores sobre história pública e suas relações com a história oral (o lugar e os avanços dos historiadores na pesquisa histórica de campo), patrimônio cultural e políticas públicas (políticas públicas no sentido de construção de redes/associações que visam um bem comum e de democracia participativa).

Os próprios questionamentos advindos da comunidade fornecem dicas. A preocupação com a preservação da própria memória, reforçada pelo meu estudo, seria

uma ponte com instituições cidadinas e, portanto, caminho para a inserção significativa da festa e de sua memória como parte do patrimônio cultural da cidade de Ourinhos, por exemplo. Os devotos dos Santos Reis atestam que pertencem à região antes mesmo da própria cidade, pois carregam consigo às histórias trazidas pelos seus antepassados.

### Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALMEIDA, Juliele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos? What public do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BERTAZI, Márcio Henrique. *Uma história movida a álcool: impactos ambientais no contexto canavieiro paulista (1975 a 2003)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

BÍBLIA SAGRADA - Edição Pastoral Catequética. (137ª Ed. Revisada por Frei João Pedreira de Castro, O. F. M., e pela equipe auxiliar da Editora). São Paulo: Ave Maria; Claretiana, 2000.

BRASIL. Projeto Lei Nº 3.031, de 17 de setembro de 2015. *Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico*. Brasília, 2015.

CAMPOS, Maria Rosa Moralez de. *Entrevista* [20 fev. 2019]. Entrevistadora: Rafaela Sales Goulart. Salto Grande/SP, 2019. Áudio MP3 (01:46:49).

DIÁRIO OFICIAL. Decreto Nº 57.439, de 2011. *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo e cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial*. São Paulo, 2011.

FERESIM, Evandro. *Entrevista* [17 fev. 2019]. Entrevistadora: Rafaela Sales Goulart. Ourinhos – Bairro rural Ribeirão Grande/SP, 2019. Áudio MP3 (01:21:49).

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GOULART, Rafaela Sales. *Sentidos da Folia de Reis: um estudo da memória e da identidade da celebração popular em Florínea*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

PENÇO, Celia de Carvalho Ferreira. *A “evaporação das terras devolutas” no Vale do Paranapanema*. Tese (Doutorado em História). USP/São Paulo, 1980.

PESSOA, Jadir de Moraes; FÉLIX, Madeleine. *As viagens dos Reis Magos*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.